

A crise financeira na Europa*

Karl Marx

Londres, 4 de dezembro de 1857

A chegada, ontem de manhã, do correio do Canadá e do Adriático nos coloca de posse da história semanal da crise financeira europeia. Esta história pode ser resumida em poucas palavras. Hamburgo até esta data constitui o centro da convulsão que repercutiu mais ou menos seriamente sobre a Prússia e foi gradualmente reduzindo o mercado financeiro inglês a um estado instável do qual ele parecia estar se recuperando. Alguns ecos distantes da tempestade tinham reverberado da Espanha e Itália. A paralisia da atividade industrial e a conseqüente miséria das classes trabalhadoras estão rapidamente se propagando por toda Europa. Por outro lado, a relativa resistência com que a França até agora se opôs ao contágio, desconcertou os economistas políticos como um enigma mais difícil de ser resolvido do que a própria crise geral.

Pensou-se que a crise de Hamburgo tinha ultrapassado seu clímax após 21 de novembro quando da criação da Associação de Garantia de Descontos, cujo total de subscrições totalizava 12 milhões de marcos líquidos, destinados a assegurar a circulação de tais letras de câmbio e notas que receberiam a estampa da Associação.

Ainda, alguns dias mais tarde, algumas falências e fatos como o suicídio do corretor de câmbio Gowa, prenunciavam novos desastres. Em 26 de novembro, o pânico novamente estava em pleno andamento; e tal como a Associação de Desconto no seu início, agora o próprio governo deu um passo à frente para barrar o seu andamento. No dia 27, o Senado propôs e obteve a permissão dos deputados hereditários da cidade para emitir títulos suscetíveis de portar juros (notas do tesouro), num total de 15 milhões de marcos, com o objetivo de fazer adiantamentos sobre bens duráveis, ou sobre papéis do Estado – tais adiantamentos deveriam chegar de 50% a 66% do valor respectivo das mercadorias penhoradas. Este segundo esforço de normalização do curso do comércio fracassou como o primeiro – ambos lembram os gritos de angústia em vão que precedem ao naufrágio. A garantia da própria Associação de Descontos necessitava, por sua vez, de outra garantia, e os adiantamentos do Estado, limitados no seu valor, bem como na variedade de mercadorias às quais eles se aplicavam, tornaram-se, além do mais, relativamente inúteis, precisamente em

* Título original "The Financial Crisis in Europe". Primeira publicação no *New York Daily Tribune*, nº 5202, 22/12/1857. Tradução de Paulo Barsotti. Revisão de Jair Pinheiro.

razão das condições sob as quais eles foram feitos, na mesma proporção em que os preços caíram.

Para manter os preços e, dessa forma, afastar a causa efetiva da angústia, o Estado deve pagar os preços vigentes antes da eclosão do pânico comercial e realizar o valor das letras de câmbio que haviam cessado de representar qualquer coisa, menos as falências estrangeiras. Em outras palavras, a riqueza de toda a comunidade que o governo representa deve compensar as perdas dos capitalistas privados. Esta espécie de comunismo em que a reciprocidade está toda de um único lado parece exercer um grande atrativo para os capitalistas europeus.

Em 29 de novembro, vinte grandes empresas comerciais de Hamburgo além de numerosas casas de Altona quebraram, os descontos de letras de câmbio cessaram, os preços das mercadorias e títulos se tornaram nominais e todos os negócios chegaram a um beco sem saída.¹ Da lista de falências, parece que cinco delas ocorreram em operações bancárias com a Suécia e Noruega – as obrigações dos Srs. Ulberg e Cramer totalizavam 12 milhões de marcos; cinco milhões no comércio de produtos coloniais, quatro no comércio de produtos do Báltico, dois na exportação de produtos manufaturados, dois na sociedade de seguros, um na Bolsa, um no comércio da construção naval. A Suécia é tão inteiramente dependente de Hamburgo como seu exportador, corretor de câmbio, banqueiro, que a história do mercado de Hamburgo é a mesma da de Estocolmo. Consequentemente, dois dias depois do colapso um telegrama² anunciou que as falências em Hamburgo haviam conduzido a falências em Estocolmo, e que lá também o apoio do governo foi inútil. O que a este respeito se confirma para a Suécia é ainda mais verdadeiro para a Dinamarca, cujo centro comercial, Altona, não é outra coisa que um subúrbio de Hamburgo. Em 1º de dezembro ocorreram numerosas suspensões de pagamento, incluindo duas empresas muito antigas, a saber: Conrad Warneke, no mercado colonial, especialmente de açúcar, com capital de 2 milhões de marcos líquidos e amplamente conectados com a Alemanha, Dinamarca e Suécia; e Lorent am Ende & Cia. que comercializa com a Suécia e Noruega. Um armador e grande mercador cometeu suicídio em consequência de suas dificuldades.

Pode-se fazer uma ideia da extensão do comércio de Hamburgo diante do fato de que neste exato momento cerca de 500 milhões de marcos líquidos em produtos de vários tipos estão nos armazéns e no porto sob responsabilidade de seus mercadores. A república está agora recorrendo ao único remédio contra a crise, o de aliviar os cidadãos da obrigação de pagar as suas dívidas. Uma lei concedendo uma moratória de um mês a todos os títulos vencidos está para ser aprovada. Quanto à Prússia, a miséria dos distritos manufatureiros do Reno e de Westphalie, dificilmente

¹ Aqui e abaixo Marx usou os relatórios de Hamburgo de 30 de novembro e 1 de dezembro de 1857, ver *The Times*, nºs 22854 e 22855 de 3 e 4 de dezembro de 1857. (N. Ed.)

² Um telegrama de Hamburgo datado de 2/12, foi publicado no *The Times*, nº 22855, de 4/12/1857. (N. Ed.)

é comentada em documentos públicos, uma vez que ela ainda não resultou em amplas falências, as quais têm sido limitadas aos exportadores de cereais em Stettin e Dantzig e a quarenta fabricantes em Berlim. O governo prussiano tem interferido autorizando o Banco de Berlim a adiantar empréstimos sobre mercadorias em estoque e suspendendo as leis sobre a usura.³ A primeira medida se mostrará inútil tanto em Berlim quanto em Estocolmo e Hamburgo, e a segunda coloca a Prússia somente no mesmo nível dos outros países comerciais.

O colapso de Hamburgo é uma resposta conclusiva àquelas opiniões imaginativas que presumem que a crise atual se originou do aumento artificial dos preços pelo papel-moeda. No que diz respeito à circulação monetária, Hamburgo constitui o pólo oposto a este país.⁴ Lá não existe outro dinheiro a não ser a prata. Lá não existe a circulação monetária de papel, mas, ao contrário, o meio de troca é o dinheiro puramente metálico. Ainda que o presente pânico não apenas devaste Hamburgo mais severamente do que a aparência de crise geral do comércio – descoberta não tão velha quanto a dos cometas – esta cidade tem sido a sua arena favorita. Por duas vezes durante o último terço do século XVIII, Hamburgo exibiu o mesmo espetáculo do presente; e se ela se distingue de todos os outros grandes centros comerciais do mundo por um traço característico é pela frequência e violência das flutuações da taxa de juro.

Passando de Hamburgo para a Inglaterra, nós constataremos que a atmosfera do mercado monetário de Londres foi progressivamente melhorando de 27 de novembro a 1º de dezembro, quando novamente um movimento oposto ocorreu. Em 28 de novembro o preço da prata tinha efetivamente caído, mas após 1º de dezembro ele novamente se recuperou e provavelmente se elevará, em razão da requisição de grandes quantidades por Hamburgo. Em outros termos, o ouro será novamente retirado de Londres para comprar prata continental, e esta drenagem de metal exigirá uma ação renovada e uma pressão do Banco da Inglaterra. Além da repentina demanda em Hamburgo, há a perspectiva num futuro não remoto, do empréstimo à Índia, de modo que o governo, embora possa tentar se livrar do dia do infortúnio, deve necessariamente abrigá-lo. A ocorrência de novas falências tinha também contribuído, depois do primeiro mês, para dissipar a ilusão de que o mercado financeiro tinha visto o pior. Como Lorde Overstone (o banqueiro Loyd) observou na sessão de abertura na Câmara dos Lordes:

“A próxima ocasião de pressão sobre o Banco ocorrerá provavelmente antes que o intercâmbio seja retificado, e então a crise será maior que aquela que nós temos evitado na presente ocasião. Existem sérias e formidáveis dificuldades que pairam sobre este país”.⁵

³ Ver os relatórios de Berlim de 28/29 de novembro no *The Times*, nº 22855, de 2/12/1857. (N. Ed.)

⁴ EUA. (N. Ed.)

⁵ Discurso do S. Overstone na Câmara dos Lordes, 3/12/1857, *The Times*, nº 22855, 4/12/1857. (N. Ed.)

A catástrofe em Hamburgo ainda não foi sentida em Londres. A maior facilidade do mercado de crédito afetou favoravelmente o mercado de produtos, mas, sem considerar a eventual nova retração do dinheiro, é evidente que a grande queda nos preços de Stettin, Dantzig e Hamburgo nada podem fazer senão as cotações de Londres caírem. O decreto francês que abole a proibição de cereal e farinha⁶, imediatamente compeliu os moleiros a reduzir as suas cotações em 3 shillings a cada 280 libras, a fim de impedir as importações de farinha francesa. Diversas falências no comércio de cereal têm sido relatadas, mas elas têm estado confinadas a pequenas casas e operadores de grãos com entrega a longo prazo.

Os distritos industriais ingleses não exibem novidade, exceto que os produtos de algodão adaptados à demanda da Índia, tais como tecidos, roupas etc., bem como os fios adequados para este mesmo mercado, pela primeira vez depois de 1847 alcançou preços favoráveis na Índia. Desde então, os lucros obtidos pelos fabricantes de Manchester neste comércio têm se originado não do preço da venda de seus produtos na Índia Oriental, mas somente da venda na Inglaterra das suas mercadorias retornadas da Índia Oriental. A quase total supressão da exportação da Índia desde junho de 1857, ocasionada pela revolta, permitiu ao mercado indiano absorver os excedentes de produtos ingleses e até mesmo abrir-se para novos fornecimentos a preços mais elevados. Em condições de normalidade, um tal acontecimento teria produzido extraordinária animação ao comércio de Manchester. No presente, como somos informados por cartas particulares, com dificuldade este acontecimento tem elevado os preços dos artigos privilegiados, embora tamanha quantidade de trabalho procurando força produtiva, na manufatura destes produtos seria suficiente para abarrotar três Índias no mais breve tempo.

Assim tem sido a ampliação geral das forças produtivas nos distritos manufatureiros britânicos durante os últimos dez anos, que até mesmo a redução do trabalho para menos de dois terços de seu volume anterior pode ser somente sustentado pelos fabricantes que acumulam em seus armazéns um grande estoque excedente de tecidos.

A empresa Du Fay & Cia. relata no boletim mensal do comércio de Manchester que “houve uma pausa nos negócios durante o mês; poucas transações ocorreram e os preços no seu conjunto estiveram baixos. A soma total das transações em um mês nunca antes foram tão pequenas como em novembro”.

Talvez seja adequado aqui chamar a atenção para o fato de que no ano de 1858 a revogação das Leis Britânicas de Cereais⁷ será pela primeira vez, submetida a uma

⁶ O decreto de Napoleão III, de 10/11/1857, revogou as leis de 8/9/1856 e 22/9/1857, que proibiam a exportação de cereal, farinha e outros produtos alimentícios. (N. Ed.)

⁷ As leis de cereal (introduzidas pela primeira vez no século XV) impuseram altas taxas de importação sobre os produtos agrícolas no interesse de proprietários de terra a fim de manter os preços elevados para estes produtos no mercado doméstico. O conflito entre a burguesia industrial e a aristocracia rural com relação à lei de cereais terminou em 1846 com a sua revogação.

séria prova. Tanto pela influência do ouro australiano e da prosperidade industrial, como pelos resultados naturais das más colheitas, o preço médio do trigo durante o período de 1847 a 1857 esteve mais elevado do que durante o período de 1826 a 1836. Uma viva concorrência da agricultura e dos produtos estrangeiros, terá agora que ser sustentada simultaneamente com um declínio na demanda interna; e a crise agrícola que parecia ter sido enterrada nos anais da história britânica de 1815 a 1832, provavelmente aparecerá de novo. É verdade que a elevação do preço da farinha e do trigo francês que se seguiu aos decretos imperiais, mostrou ser temporária, e desvaneceu mesmo antes que qualquer exportação extensiva ocorresse para a Inglaterra. Porém, com maior pressão sobre o mercado financeiro da França, ela será forçada a enviar o seu cereal e sua farinha para a Inglaterra, que será ao mesmo tempo tomada de assalto pela venda forçada de produtos alemães. Então na primavera virão as cargas dos Estados Unidos e darão ao mercado de cereais britânicos o seu último golpe. Se, como toda a história dos preços nos deixa supor, agora que várias boas colheitas estão por suceder uma à outra, veremos plenamente realizadas as verdadeiras consequências da revogação das leis de cereais para os trabalhadores agrícolas, em primeira instância; para os agricultores, em segunda; e, por último, para todo o sistema fundiário britânico.